

Joaquim Roriz fixa em R\$ 350 valor da gratificação por risco de vida, após se reunir com senador José Roberto Arruda e o ministro Pedro Parente

Aumento anunciado pelo governo desagrada PMs

Ana Maria Campos e
João Carlos Rodrigues
Da equipe do **Correio**

Carlos Moura



ARRUDA, RORIZ E VALDIVINO DEIXAM O PLANALTO SATISFEITOS COM RESULTADO DA NEGOCIAÇÃO

O anúncio do aumento para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros não agradou aos soldados, cabos, sargentos e oficiais. No início da noite de ontem, o governador Joaquim Roriz e o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) saíram do Palácio do Planalto informando que os PMs e bombeiros passarão a ganhar, a partir de 1º de outubro, R\$ 350 por gratificação de risco de vida. Minutos depois, a tropa começou a protestar, pelo sistema de rádio da PM, contra o valor divulgado, que representa quase 60% dos R\$ 600 reivindicados.

Os líderes das duas categorias querem negociar com o Governo do Distrito Federal (GDF) o pagamento dos outros R\$ 250 em janeiro de 2001. Caso contrário, alertam, poderão entrar em greve. "Os PMs não estão aceitando o que foi anunciado. Tanto que congestionaram a rede de rádio da PM com protestos", revelou o presidente da Força Policial, cabo Aires Costa. "Temos de continuar negociando com o GDF." Ele e outras lideranças não afastam a possibilidade de nova paralisação, como ocorreu no último dia 7.

Roriz, Arruda e o secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira, estiveram reunidos no final da tarde de ontem com o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, quando fixaram em R\$ 350 o valor da gratificação. Isso foi possível porque o governo federal aprovou o aumento dos recursos do Fundo Constitucional do DF, que passarão de R\$ 2,25 bilhões para R\$ 2,5 bilhões. O projeto regulamentando o fundo será encaminhado na próxima semana ao Congresso, onde deverá ser votado neste semestre. A verba servirá para o GDF custear as despesas com as áreas de saúde, segurança e educação.

A participação de Arruda na negociação foi fundamental para que o governo federal destinasse mais recursos ao fundo. Na saída da reunião, o governador não poupou elogios a Arruda: "Com apoio do senador, ele-

vamos os salários dos PMs e bombeiros." Ele ressaltou ainda que, junto com Arruda, conseguiu aumentar de R\$ 300 para R\$ 350 o adicional de risco de vida. Além disso, eles anunciaram que os soldados, cabos, sargentos e oficiais terão um seguro de R\$ 50 mil em casos de morte ou invalidez.

"Foi uma dupla vitória: au-

mentamos a verba do fundo, que sairá do papel, e conquistamos a gratificação para os policiais militares e bombeiros", comemorou Arruda. Segundo ele, o pagamento da gratificação custará R\$ 90 milhões por ano aos cofres públicos. "O presidente Fernando Henrique Cardoso entendeu que é necessário ter tranquilidade na capital da República. O go-

vernador Roriz insistiu na tese de que isso só aconteceria com o atendimento da reivindicação dos PMs e bombeiros."

Os entendimentos com o governo federal para aumentar os recursos do Fundo Constitucional do DF, permitindo o pagamento do reajuste da área de segurança pública, aproximou Roriz e Arruda. Embora não sejam aliados, eles estiveram lado a lado nas negociações, iniciadas no último dia 11. "Nossos interesses são os mesmos. Queremos é trabalhar por Brasília",

disse Roriz. Ele não assegurou, porém, o reajuste do tíquete-alimentação de R\$ 259 para R\$ 360.

Apesar de ter animado Roriz e Arruda, o resultado da negociação não agradou aos líderes dos PMs e bombeiros. Hoje ou amanhã, eles devem se reunir para avaliar a oferta do governo e marcar uma assembléia, provavelmente para a próxima semana. As lideranças querem obter do GDF a promessa de que

os outros R\$ 250, que completarão os R\$ 600 reivindicados para o adicional de risco de vida, será pago em janeiro de 2001.

"Se for só isso, fica muito abaixo do que pedimos", afirmou o presidente do Clube dos Oficiais da PM, deputado federal Alberto Fraga (PMDB-DF). "Pode até haver greve", ameaçou, reclamando por não ter sido avisado por Roriz, até às 19h50 de ontem, sobre o resultado da negociação. Já o presidente do Clube dos Oficiais e Subtenentes, Pedro de Carvalho, foi mais taxativo: "Se a oferta for só essa, não aceitaremos. Queremos que o governador assine um documento se comprometendo com o pagamento do restante do risco de vida em janeiro."

O presidente da Força Policial também não ficou satisfeito com o resultado da negociação. "Até agora, quem bancou o aumento dos PMs e dos bombeiros foi o governo federal. Chegou a hora de o governador complementar o restante da reivindicação. Precisamos receber de Roriz a promessa de que isso será feito em janeiro", acrescentou o cabo Aires Costa.

AINDA FALTA MUITO

Durante a campanha eleitoral de 1998, Joaquim Roriz prometeu melhorar as condições de trabalho dos policiais e bombeiros militares, implantar programa habitacional para as categorias, pagar gratificação de risco de vida e por Atividade Militar (GAM) e aumentar o valor referente ao custeio de alimentação de R\$ 259 para R\$ 360. Para o deputado federal Alberto Fraga (PMDB), o governador não está cumprindo as seguintes promessas: melhorar condições de trabalho e aumentar valor da parcela de alimentação. No caso da gratificação por risco de vida, segundo ele, o compromisso de Roriz era de que o valor chegasse a R\$ 600.